

III Seminário de Educação em Direitos Humanos e I Seminário
Estadual do Projeto Escola que Protege

Conferência

**Educação em Direitos Humanos: concepções, tensões
e desafios na garantia e promoção dos direitos
humanos da Infância e da Juventude**

08 e 09 de dezembro de 2011, no Cine Metrópolis Centro de
Vivência), UFES, Vitória, Espírito Santo

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele (...) e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos nossos jovens. A Educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos e, tampouco, arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar o bem comum (...)”. Hannah Arendt

como nos diz Shulamith Koenig na introdução do livro Educação em Direitos Humanos para o Século XXI:

- Como aprenderemos a nos integrar e a nos comportar?
- Como conduzir nossas vidas em consonância com os direitos humanos?
- Como descobriremos técnicas para fundar uma cultura dos direitos humanos?
- Como aprenderemos a amar ao próximo como a nós mesmos?
- e, por fim... poderemos começar tudo pelo diálogo?

Pelo que consta no Protocolo de San Salvador (1988), a EDH é um direito e faz parte do direito à educação (art. 13)

“... a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. (...) **a educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista, conseguir uma subsistência digna, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz**”.

O primeiro trata da necessidade de levar em consideração o outro, de nos abirmos e imaginarmos o outro não a partir do que concebemos que ele seja, mas do exercício do reconhecimento do sujeito de direitos. Refletir sobre as suas emoções, sua sensibilidade, suas inquietações, seu sofrimento, suas preocupações. A alteridade. Ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença, como nos diz Frei Betto em seu artigo Alteridade, subjetividade e generosidade.

O segundo caminho é nos deslocarmos para dentro de nós mesmos e descobrir o que julgamos ser e em nossas entranhas e quais são as nossas verdadeiras motivações quando nos colocamos em relação com o outro. O que está por detrás de nossas crenças, convicções, somos seres humanos? Será que me sinto como alguém especial ou me coloco diante desse outro em “pé de igualdade” para me relacionar?

"Não se deve contrapor igualdade e diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o 'mesmo', à 'mesmice'" Vera Candau

O ambiente cultural e natural, como chama Carbonari (para ele a EDH é a mediação para a humanização que leve a construção de relações interpessoais e relações com o ambiente cultural e natural). Os sujeitos estão inseridos em uma cultura, ou seja, no tempo e no território e que Paulo Freire vai chamar de realidade permanentemente mutável em sua palestra o “Papel da educação na humanização” proferida em 1967 na Universidade do Chile. Freire diz que a concepção humanista e libertadora da educação afirma e se baseia na realidade permanentemente mutável e reconhece que o homem se faz homem na medida em que, no processo de sua hominização até sua humanização, é capaz de conservar-se no mundo objetivando transformá-lo.

o saber: abrange conhecimento e habilidades (Ou seja, a necessidade de se aprender sobre direitos humanos e os mecanismos para sua proteção - garantias previstas em leis, as instituições de defesa e promoção dos DH, declarações oficiais nacionais e internacionais para ter a capacidade de manejar o conhecimento de modo prático na vida diária) – **DIMENSÃO CRÍTICA;**

os valores, atitudes e comportamentos (a promoção de valores e fortalecimento de atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos, esses não são apenas afirmações retóricas, exigem determinadas atitudes e comportamentos e recusam outras) – **DIMENSÃO ÉTICA;**

a ação (as práticas educativas e os projetos interdisciplinares que visam assegurar e promover os direitos humanos e impulsionar as mudanças sociais necessárias para sua efetivação. Todas as disciplinas escolares podem contribuir para a elaboração dos conceitos necessários à compreensão dos direitos humanos) – **DIMENSÃO POLÍTICA**

O PNEDH agrega outras duas dimensões: a formação de uma consciência cidadã e o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construções coletivas.

Idem.

A dignidade humana demanda cuidado. Aqui é necessário retomar o que diz Eduardo Bittar

“A ética do cuidado é uma sugestão de caminho e de um modo de percurso, forma de agir e modo de garantir que a entrega à alteridade se dê na base do respeito afirmador do lugar do outro como ser de razão e emoção, e, exatamente por isso, da dignidade humana.”

Segundo o Censo Escolar 2010 (realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep do Ministério da Educação) existem 194.939 escolas nas redes básica pública e privada do Brasil.

As escolas lidam diariamente com 51,5 milhões de estudantes, sendo 43,9 milhões nas redes públicas (85,3%) e 7,5 milhões em escolas particulares (14,7%). Tendo em conta que, pelo Censo 2010, somos 192.376.496 pessoas estamos nos referindo a 22,81% do total da população.

E, no Espírito Santo, com uma população de 3.514.952, a rede de Educação Básica possui 910.508 estudantes (em 3425 escolas), desses 111.680 (12,26%) na rede privada (378 escolas), ou seja, 11,03%.

Pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” (2009) desenvolvida pela MEC/Secad e Fipe/Inep em 501 escolas públicas de todo o país e 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, onde:

- 99,3% dessas pessoas demonstram algum tipo de preconceito étnico-racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração, orientação sexual ou territorial;
- 99,9% dos entrevistados desejam manter distância de algum grupo social, sendo os dois primeiros as pessoas com deficiência mental (98,9%) e os homossexuais (98,9%).

Francisco Nascimento no artigo “Da escola ao espaço educativo: o novo sentido pedagógico” publicado na Revista Retratos da Escola da CNTE

“as relações sociais do presente exigem novos papéis da escola, dentre eles, a formação do estudante para a vida (...) o desenvolvimento de atitudes e valores pautados na ética, solidariedade, generosidade, capacidade de criação e respeito às decisões coletivas e às diversidades culturais”.

Nelson Levy, por ocasião de um debate sobre Ética na Política no Sintrasef no Rio de Janeiro (1997, p. 16), ao discorrer sobre como começar com qualquer transformação, disse

“a revolução começa em nossas cabeças e nas nossas vidas. Não adianta começar a revolução na nossa cabeça sem conduzir a vida de acordo com essa revolução. Agora, se é verdade que a revolução começa em nossas cabeças, ela também depende fundamentalmente dos outros. Quer dizer, o estouro começa com o indivíduo, mas a comunhão com relação aos novos valores depende do coletivo”

AS PESSOAS ESPERAM
QUE O ANO QUE ESTA'
COMEÇANDO SEJA MELHOR
QUE O ANTERIOR



APOSTO QUE O ANO QUE
ESTA' COMEÇANDO ESPERA
QUE AS PESSOAS E
QUE SEJAM MELHORES



OBRIGADA!!!!

Rosiléa Maria Roldi Wille

E-mail: rosilea@rwille.com.br

Tel: + 55 (61) 3224-2318